



SITUAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA TURQUIA E INFORMAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO GÜLEN

ATUALIZAÇÃO EM MARÇO DE 2022

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ASSESSORIA INTERNACIONAL – SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

GRUPO DE TRABALHO (GT) MIGRAÇÕES, APATRIDIA E REFÚGIO –
SECRETARIA-GERAL DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS	3
2. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS E À DEMOCRACIA REPORTADOS EM RELATÓRIOS INTERNACIONAIS SOBRE A TURQUIA	5
<i>2.1 CONTEXTO POLÍTICO NA TURQUIA</i>	5
<i>2.2 DURANTE E APÓS O ESTADO DE EMERGÊNCIA</i>	6
<i>2.3 O MOVIMENTO GÜLEN</i>	7
2.3.1 Detenções e prisões arbitrárias de Gülenistas	9
2.3.2 Gülenistas no Exterior	12
<i>2.4 LEI ANTITERRORISMO</i>	14
<i>2.5 SISTEMA JUDICIÁRIO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL</i>	15
3. RESUMO DE ARTIGOS E NOTAS OFICIAIS	16
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17

Situação de Direitos Humanos na Turquia e Informações sobre o Movimento Gülen

Março de 2022



Mapa da Turquia Fonte: www.cia.gov

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Com uma população de aproximadamente 83 milhões de habitantes¹, a República da Turquia, cuja capital é Ancara, é um país euroasiático situado na Península da Anatólia, na região da Ásia Ocidental e do Sudeste da Europa. Faz fronteira com oito países: Bulgária, Grécia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque e Síria. Tem acesso aos mares Negro, Mediterrâneo, Egeu e de Mármaro.

A religião predominante no país é o Islã, com pequenas minorias de cristãos e judeus. A língua oficial é o turco. A segunda língua mais usada é o curdo, que é falado por uma minoria do país. Os curdos representam cerca de 19% da população².

A Turquia recentemente passou de uma forma mista de governo parlamentar e presidencial para um sistema presidencial, devido a mudanças constitucionais aprovadas por pequena margem em um referendo de abril de 2017³.

O Relatório da instituição Freedom House⁴ publicado em 2021 afirma:

¹ DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). *Country Information Report Turkey*. 10 de novembro de 2020, p. 9. Disponível em <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/country-information-report-turkey.pdf>. Acesso em 22 mar. 2022.

² Ibidem, p. 9.

³ Ibidem, p. 14.

⁴ FREEDOM HOUSE, *Freedom in the World Turkey 2021*. Primeiro parágrafo. Disponível em [3](#)

O Partido de Justiça e Desenvolvimento (AKP) do Presidente Recep Tayyip Erdogan governa a Turquia desde 2002. Depois de inicialmente aprovar algumas reformas, a gestão do governo AKP mostrou crescente desprezo pelos direitos políticos e liberdades civis e tem exercido repressão dramática e abrangente sobre os considerados oponentes desde uma tentativa de golpe de Estado em 2016. Mudanças constitucionais adotadas em 2017 concentraram o poder nas mãos do Presidente. Enquanto Erdogan continua a exercer um grande poder na política turca, as vitórias da oposição nas eleições municipais de 2019 e o impacto da pandemia COVID-19 na economia já instável deram ao governo novos incentivos para suprimir a dissidência e limitar o discurso público.

Sobre a suposta tentativa de golpe em 2016, o veículo de comunicação BBC relata que o governo reagiu com violência - cerca de 240 pessoas teriam morrido nos confrontos - e fez com que a Turquia entrasse em estado de emergência. Ainda segundo a BBC, desde então, Erdogan tem tomado medidas para reforçar seus poderes presidenciais⁵.

O Relatório da Freedom House⁶ de 2021 destaca os principais fatos ocorridos no ano de 2020, a saber:

Como a crise do COVID-19 ameaçou a economia e a posição política do governo durante o ano, as autoridades aparentemente procuraram manipular estatísticas oficiais de saúde e iniciaram investigações criminais contra profissionais médicos que divulgaram informações independentes sobre o surto ou criticaram a resposta oficial. Centenas de pessoas comuns também foram presas por suas postagens nas redes sociais relacionadas ao coronavírus.

Processos e campanhas de assédio contra políticos da oposição, membros proeminentes da sociedade civil, jornalistas independentes e críticos da política externa cada vez mais agressiva da Turquia continuaram ao longo do ano (...).

Apesar de uma decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos (ECHR) de 2019 que pedia a libertação do filantropo Osman Kavala⁷, ele permaneceu preso no final do ano enfrentando acusações falsas. Detido em 2017, ele foi absolvido no caso original em fevereiro de 2020, mas uma nova acusação emitida em outubro acusou Kavala e um acadêmico dos EUA, sem provas, de envolvimento na tentativa de golpe de Estado de 2016.

O Relatório da Human Rights Watch (HRW)⁸ publicado em 2021 afirma:

A maioria das empresas de comunicação e mídia impressa da Turquia é de propriedade de empresas próximas à presidência de Erdogan e outras evitam reportar

<https://freedomhouse.org/country/turkey/freedom-world/2021>. Acesso em 22 mar. 2022.

⁵ BBC, **Quem é Recep Erdogan, o homem que comanda a Turquia há 15 anos e pode ficar no governo por mais dez.** 25 de junho de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44599658>. Acesso em 22 mar. 2022.

⁶ FREEDOM HOUSE (FH), **Freedom in the World Turkey 2021**, op. cit., 2º, 3º e 4º parágrafos.

⁷ Diversas fontes afirmam que o filantropo Osman Kavala foi preso também em virtude de ligações com o Movimento Gülen. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/8/turkish-court-extends-detention-of-philanthropist-osman-kavala>. 8 de outubro de 2021. Acesso em 22 mar. 2022.

⁸ HUMAN RIGHTS WATCH, **World Report 2021 Turkey Events 2020**. 5º parágrafo. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/turkey>. Acesso em 22 mar. 2022.

críticas ao governo. No entanto, as notícias e sites de comentários on-line críticos persistem. Em 2020, cerca de 87 jornalistas e trabalhadores da mídia estavam em prisão preventiva ou cumprindo pena por crimes de terrorismo devido ao trabalho jornalístico.

Este mesmo Relatório complementa⁹:

As acusações de terrorismo continuam a ser amplamente utilizadas para restringir os direitos à liberdade de expressão e associação no quarto ano após a tentativa de golpe. A partir de julho de 2020, dados do Ministério da Justiça e Interior afirmaram que 58.409 estavam em julgamento e 132.954 ainda sob investigação criminal sobre terrorismo em casos ligados ao Movimento Gülen. Desses, 25.912 foram presos em prisão preventiva.

O Relatório da Instituição Freedom House de 2021 conclui que a Turquia não é um país livre¹⁰. Destaca-se também afirmação da HRW¹¹ que aponta que, durante o Terceiro Ciclo da Revisão Períodica Universal de direitos humanos da Turquia pelos Estados Membros das Nações Unidas (ONU), “a Turquia rejeitou recomendações fundamentais de direitos humanos ou alegou que já as havia implementado”.

2. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS E À DEMOCRACIA REPORTADOS EM RELATÓRIOS INTERNACIONAIS SOBRE A TURQUIA

2.1 CONTEXTO POLÍTICO NA TURQUIA

De acordo com o Relatório do Departamento de Assuntos Exteriores e Comércio do Governo da Austrália (DFAT)¹², o estado de emergência decretado foi prorrogado por sete vezes e de forma sucessiva de três em três meses, permitindo que o Presidente governasse por meio de decretos com força de lei, contornando o Parlamento. Atribuía imunidade jurídica, administrativa, penal e financeira às autoridades administrativas que agiam em função dos decretos. Em novembro de 2016, o Supremo Tribunal decidiu que os decretos não estavam sujeitos à revisão judicial.

O Relatório da DFAT de 2020 aponta¹³ ainda:

⁹ Ibidem, 11º parágrafo.

¹⁰ FREEDOM HOUSE (FH), *Freedom in the World Turkey 2021*, op. cit., quadro informativo *Country Facts*.

¹¹ HUMAN RIGHTS WATCH, *World Report 2021 Turkey Events 2020*, op. cit., último parágrafo.

¹² DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). *Country Information Report Turkey*, op. cit., p. 19.

¹³ Ibidem, p. 19.

O governo emitiu 36 decretos sob o estado de emergência, e observadores de direitos humanos expressaram a preocupação de que vários decretos regulavam matérias não relacionadas ao estado de emergência (...). O estado de emergência também atribuiu às forças de segurança poderes amplos para retirar supostos partidários do Movimento Gülen das instituições do Estado. As autoridades desencadearam procedimentos legais contra 441.195 pessoas sob acusações variadas de terrorismo, inclusive por ser suposto apoiador de Gülen, ou membros do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) ou de outras organizações.

A eleição de 2018 pôs em vigor o sistema presidencial acordado em um referendo de 2017. Segundo a HRW, o sistema carece de freios e contrapesos suficientes contra o abuso do poder do Executivo, e as mudanças diminuíram acentuadamente os poderes do Parlamento e consolidaram o controle presidencial sobre a maioria das nomeações no Judiciário¹⁴.

O Relatório da Comissão Europeia¹⁵ de 2021 *Turkey 2021 Report* conclui que:

O sistema presidencial enfraqueceu em grande parte as funções legislativas e de fiscalização do Parlamento. O Presidente possui vastos poderes legislativos e continuou a restringir o papel legislativo do Parlamento por meio de decretos presidenciais e decisões que regulam áreas políticas fundamentais. Deliberações políticas criando consenso entre partidos raramente ocorreram. O Parlamento continuou a não ter os meios necessários para responsabilizar o governo. Partidos de oposição continuaram a ser alvo de ataques, inclusive pela aceitação pelo Tribunal Constitucional de uma acusação pelo Procurador-Chefe do Tribunal de Cassação que buscava fechar o segundo maior partido de oposição, o que contribuiu para o enfraquecimento do pluralismo político na Turquia.

2.2 DURANTE E APÓS O ESTADO DE EMERGÊNCIA

Segundo o Relatório¹⁶ da Human Rights Watch (HRW) 2019:

O estado de emergência de dois anos expirou formalmente em julho (de 2018), mas foi substituído por uma nova legislação antiterrorista aprovada pelo Parlamento em agosto. A legislação contém muitas medidas semelhantes aos poderes extraordinários que as autoridades obtiveram sob o governo de emergência. Incluíram-se amplos poderes de governadores provinciais nomeados para restringir assembleias e movimentos; autoridade executiva por três anos para demitir funcionários públicos, incluindo juízes, por decisão administrativa; e aumento dos poderes policiais, incluindo períodos de custódia prorrogáveis por até 12 dias.

¹⁴ HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *World Report 2019 Turkey Events 2018*. 3º parágrafo. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/turkey#>. Acesso em 22 mar. 2022.

¹⁵ COMISSÃO EUROPEIA (CE), *Turkey 2021 Report*. 19 de outubro de 2021, p. 11. Disponível em <https://www.ecoi.net/en/file/local/2062545/Turkey+2021+report.PDF>. Acesso em 22 mar. 2022.

¹⁶ HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *World Report 2019 Turkey Events 2018*, op. cit., 5º parágrafo.

Relatório do Departamento de Estado dos EUA afirma¹⁷ que grande número de funcionários públicos foram demitidos por suposta associação com o FETÖ (Fethullah Terrorist Organization), que é a denominação decorrente da rotulação feita pelo governo turco ao movimento de Fethullah Gülen. O governo dos Estados Unidos ressalta que não incluiu essa organização na lista de organizações terroristas.

Relatórios internacionais baseados nos acontecimentos do ano de 2020¹⁸ apontam que as acusações de terrorismo continuaram a ser amplamente utilizadas para restringir os direitos à liberdade de expressão e associação no quarto ano após a tentativa de golpe. A partir de julho de 2020, dados do Ministério da Justiça e Interior afirmaram que 58.409 estavam em julgamento e 132.954 ainda sob investigação criminal sobre terrorismo em casos ligados ao movimento Gülen. Desses, 25.912 foram presos em prisão preventiva.

O Relatório da Human Rights Watch de 2019 constatou que muitos julgamentos de terrorismo na Turquia carecem de evidências de atividade criminosa ou de atos que seriam razoavelmente considerados terrorismo, e a prática de deter indivíduos acusados de crimes de terrorismo em prolongada prisão preventiva levantou preocupações de que seu uso se tornou uma forma de punição sumária¹⁹.

2.3 O MOVIMENTO GÜLEN

De acordo com o Relatório²⁰ do Ministério das Relações Exteriores e Comércio da Austrália (DFAT):

O Movimento Gülen começou como um movimento religioso na Turquia na década de 1960, baseado nos sermões do clérigo muçulmano Fethullah Gülen, um pregador islâmico atualmente exilado nos Estados Unidos. O movimento, também conhecido como Cemaat ('comunidade') ou Hizmet ("serviço"), transformou-se ao longo das décadas em um movimento da sociedade civil envolvendo organizações religiosas, educacionais e sociais (...). O Movimento Gülen não tem estrutura física formal pública ou visível, hierarquia central nem evidências claras de adesão. O movimento supostamente tem um círculo interno de ativistas e conselheiros de Fethullah Gülen e um círculo externo daqueles que apoiam os ensinamentos de Gülen e os ideais do movimento, muitos graduados nos programas de educação de Gülen. (...) O Movimento Gülen tem uma grande presença internacional, com apoiadores em 140

¹⁷ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, **Country Report on Terrorism 2019, Turkey**. 5º parágrafo. Disponível em <https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2019/turkey/>. Acesso em 22 mar. 2022.

¹⁸ HUMAN RIGHTS WATCH, **World Report 2021 Turkey Events 2020**, op. cit., 11º parágrafo.

¹⁹ HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), **World Report 2019 Turkey Events 2018**, op. cit., 10º parágrafo.

²⁰ DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). **Country Information Report Turkey**, op. cit. p. 27.

países (...). Sabe-se que contam com meios de comunicação, publicações e canais de televisão com uma ampla audiência. Dentro da Turquia, as atividades do movimento se concentraram em ramos autônomos, que tiveram suas próprias associações de diálogo e escolas. O movimento nunca pressionou pelo envolvimento na política como organização, nem concorreu ao parlamento sob sua própria bandeira. Antes da tentativa de golpe de Estado de julho de 2016, observadores internacionais estimaram que os Gülenistas na Turquia somavam milhões.

Segundo o Relatório²¹ da European Asylum Support Office (EASO), o Movimento Gülen costumava ser aliado do AKP (partido político de Erdogan Justice and Development Party), ambos partidários do Islã político, mas os dois se separaram em 2012-13.

O documento submetido à ONU pela Organização Não-Governamental International Association for Human Rights Advocacy Geneva (IAHRAG) “Submission to the Human Rights Committee 132nd Session”²² afirma:

O Movimento Hizmet (HM) e seus apoiadores passaram a ser bode expiatório em dezembro de 2013, após casos de grande escala de investigações de propinas e corrupção (casos relativos a bilhões de dólares) contra o próprio Presidente (então primeiro-ministro) e membros de seu gabinete. Na tentativa de desacreditar o processo, o Presidente (então primeiro-ministro) alegou que foi incriminado por juízes e promotores (acusando-os de serem adeptos do HM) e passou a usar a terminologia de “estrutura paralela” ao referir-se ao HM. Essa terminologia tornou-se oficial quando o Conselho de Segurança Nacional (MGK), presidido pelo Sr. Erdogan (eleito Presidente em 10 de agosto de 2014), adotou a decisão de incluir o conceito de Estrutura Paralela do Estado no Documento de Política de Segurança Nacional em 2 de janeiro de 2015. A difamação do HM e seus apoiadores culminou em 30 de maio de 2016, quando o MGK adotou uma resolução definindo o HM como “Organização Fetulista Terrorista – FETÖ”.

O Governo da Austrália (DFAT) afirma²³ que:

Durante os dois anos do estado de emergência, as autoridades dispensaram cerca de 135.144 funcionários públicos de vários ramos da burocracia e removeram 5.705 acadêmicos de suas posições (...). Até agora, com cerca de 80.000 pessoas presas ou detidas, aproximadamente 5.370 pessoas foram julgadas em casos especificamente

²¹ EUROPEAN ASYLUM SUPPORT OFFICE (EASO). *Country of Origin Information Report Turkey*. novembro de 2016, p. 26. Disponível em https://coi.easo.europa.eu/administration/easo/PLib/EASOCOI_Turkey_Nov2016.pdf. Acesso em 22 mar. 2022.

²² INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS ADVOCACY GENEVA (IAHRAG). *Submission to the Human Rights Committee 132nd Session, 28 June 2021-23 July 2021, For the adoption of the LOIPR of Turkey*. Maio de 2021, p. 7. Disponível em https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/TUR/INT_CCPR_ICS_TUR_44917_E.pdf. Acesso em 22 mar. 2022.

²³ DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). *Country Information Report Turkey*, op. cit., p. 28.

relacionados com o golpe e 1.524 receberam sentenças de prisão perpétua.

Este Relatório do DFAT reitera²⁴:

Ao longo de 2019 e 2020, as demissões do serviço público continuaram à medida que as autoridades encontraram novos grupos de supostos apoiadores do Movimento Gülen, particularmente nas forças armadas e no Ministério das Relações Exteriores. Em 2019, houve relatos críveis de desaparecimentos e tortura de suspeitos de apoiar o Movimento que eram ex-funcionários do Ministério das Relações Exteriores enquanto estavam sob custódia policial.

O Relatório do Governo Holandês (MBZ) 2021 aponta²⁵ que Gökhan Türkmen, alegadamente ligado ao Movimento Gulenista e submetido a desaparecimento forçado em 2019, relatou tortura durante o desaparecimento forçado e que foi visitado e ameaçado várias vezes por agentes do MIT (Millî İstihbarat Teskilâti ou Serviço de Segurança Nacional da Turquia) durante a sua custódia.

2.3.1 Detenções e prisões arbitrárias de gülenistas

Mais de quatro anos após o relato de tentativa de golpe, relatórios internacionais informam que os gülenistas ainda estão sendo presos pelas autoridades turcas. Em alguns casos, isto envolve prisões individuais e, em outros casos, prisões em massa. Em particular, as prisões em massa de (supostos) gülenistas recebem tratamento de muita atenção na mídia (pró-governo).

A organização International Association for Human Rights Advocacy Geneva (IAHRAG) afirma²⁶:

Logo após a tentativa de golpe de 15 de julho de 2016, a Turquia suspendeu as disposições das leis internacionais e tratados regionais de direitos humanos e adotou muitos decretos de lei de emergência, que foram posteriormente incorporados à

²⁴ Ibidem, p. 28.

²⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MBZ, GOVERNO DA HOLANDA). *General Country of Origin Information Report*. Março de 2021, p. 35. Disponível em <https://www.government.nl/documents/reports/2021/03/18/general-country-of-origin-information-report-turkey>. Acesso em 22 mar. 2021.

²⁶ INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS ADVOCACY GENEVA (IAHRAG). *Submission to the Human Rights Committee 132nd Session, 28 June 2021-23 July 2021, For the adoption of the LOIPR of Turkey*, op. cit., p. 8.

legislação ordinária adotada pelo Parlamento turco. Com base em 36 decretos, o governo turco iniciou o processo de eliminação. Ao todo, 150.348 funcionários estatais (professores, burocratas), 4.463 juízes e promotores e 6.021 acadêmicos foram demitidos com base nos decretos de emergência por serem verdadeiros ou supostos apoiadores do Movimento Hizmet (e 20.571 militares já foram demitidos das Forças Armadas turcas por alegadas ligações com o Movimento Hizmet). Essas demissões baseadas nesses decretos foram totalmente arbitrárias (os critérios utilizados para avaliar os vínculos dos indivíduos com a rede Gulenista não foram divulgados, pelo menos não oficialmente).

Ainda de acordo com a Organização supracitada²⁷, muitos Comitês Especiais do Conselho de Direitos Humanos expressaram preocupação com a Turquia pela não aplicação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais e pela promoção de prisão arbitrária, detenção e demissão de dezenas de milhares de policiais, juízes, promotores, advogados, professores e outros funcionários públicos, após a tentativa de golpe em julho de 2016, todos eles com base em seu apoio real ou suposto ao Movimento Gülen.

O Relatório do Governo Australiano menciona²⁸:

Observadores de direitos humanos expressaram preocupações com o fato de que o governo não publicou critérios claros para evidenciar a conexão dos indivíduos ao Movimento Gülen. Em alguns casos, a única evidência de vínculos com o Movimento Gülen foi o aplicativo de mensagens Bylock. As autoridades basearam outras prisões e demissões em transações financeiras com o Banco Asya (fechado pelo governo por suas supostas ligações com o Movimento Gülen); filiação a um sindicato ou associação ligada ao Movimento; rápida promoção no serviço público ou posto militar; ter uma criança freqüentando uma escola associada ao movimento; relatórios policiais ou de serviços secretos; análise de contatos de mídia social e histórico de navegação na Internet; ou informações recebidas de colegas ou vizinhos. Muitas das pessoas presas não tiveram acesso às provas contra elas, nem a oportunidade de se defender.

A organização International Association for Human Rights Advocacy Geneva (IAHRAG) destaca²⁹ que o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária (WGAD) emitiu 19 pareceres entre junho de 2017 e março de 2021 sobre denúncias de detenções arbitrárias na Turquia. Estes apresentaram conclusões consistentes de que as detenções dos indivíduos em questão não tinham qualquer base legal e lamentaram a prática

²⁷ Ibidem, p. 10.

²⁸ DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). *Country Information Report Turkey*, op cit., p. 28.

²⁹ INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS ADVOCACY GENEVA (IAHRAG). *Submission to the Human Rights Committee 132nd Session, 28 June 2021-23 July 2021, For the adoption of the LOIPR of Turkey*, op. cit., p. 14.

da "culpabilidade por associação". O WGAD observou³⁰ a existência de um padrão de direcionamento de detenções arbitrárias para pessoas com alegados vínculos com o Movimento Gülen com base na discriminação de sua opinião política ou outras opiniões.

Segundo relatório do governo holandês³¹, o quadro de enfraquecimento do sistema legal e de condenação de supostos gulenistas a partir de um julgamento injusto permanece.

Igualmente, o Relatório do Departamento de Estado dos EUA aponta que, em 2019, informes públicos destacaram que cerca 100 pessoas, devido a suspeitas de vínculos com o Movimento Gülen, foram maltratadas ou torturadas enquanto estavam sob custódia policial. Segundo esse relatório, a Ordem dos Advogados de Ancara divulgou informe que detalhava suas entrevistas com as supostas vítimas. Dentre os seis detentos, cinco relataram tortura³².

O Governo da Holanda³³ indica que, em setembro de 2020, um porta-voz do Ministério da Justiça turco anunciou que 276 dos 289 processos diretamente relacionados com a tentativa de golpe haviam sido resolvidos. De acordo com o porta-voz, isto levou à condenação de 4.134 pessoas. Em 26 de novembro de 2020, foi concluído julgamento em massa que levou três anos, durante o qual 337 pessoas foram condenadas à prisão perpétua.

O Relatório do governo holandês³⁴ exemplifica que, em 11 de setembro de 2020, o Ministério Público em Ancara emitiu mandados de prisão para 60 advogados por terem (supostos) gülenistas como clientes. No mesmo dia, 43 advogados deste grupo foram presos, levando a críticas tanto da Ordem dos Advogados de Istambul quanto da Comissão

³⁰ WORKING GROUP ON ARBITRARY DETENTION (WGAD), Nações Unidas, Levent Kart, WGAD Opinion N. 66/2020, 2 de fevereiro de 2021, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Detention/Opinions/Session89/A_HRC_WGAD_20_20_66.pdf; Nermin Yaşar, WGAD Opinion N. 47/2020, 28 de janeiro de 2021, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Detention/Opinions/Session89/A_HRC_WGAD_20_20_74.pdf; Ahmet Dinçer Sakaoglu, WGAD Opinion N. 67/2020, 24 de fevereiro de 2021, disponível em https://arrestedlawyers.files.wordpress.com/2020/11/a_hrc_wgad_2020_67.pdf. Todos os pareceres estão disponíveis em: <https://arrestedlawyers.org/2020/11/19/opinions-by-the-united-nation-working-group-on-arbitrary-detention/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

³¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MBZ, GOVERNO DA HOLANDA). *General Country of Origin Information Report*, op. cit., p. 40.

³² DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, *Turkey 2020 Human Rights Report*, p. 6. Disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/TURKEY-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>. Acesso em 22 mar. 2022.

³³ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MBZ, GOVERNO DA HOLANDA). *General Country of Origin Information Report*, op. cit, p. 40.

³⁴ Ibidem, p. 40-41.

Internacional de Juristas (ICJ).

O Relatório da IAHRAG³⁵ avalia que:

As prisões se baseiam em acusações falaciosas, vagas, imprecisas e discriminatórias, bem como em fundamentos discriminatórios, e surgem como arbitrárias, com a motivação de perseguir apoiadores do Movimento Hizmet. Especialistas da ONU e órgãos do Conselho da Europa perguntaram repetidamente ao Governo os critérios e provas utilizados para prender e deter milhares de apoiadores do Movimento Hizmet. O Governo nunca deu uma resposta concreta. Seria realmente difícil para o Governo explicar o uso do software chamado Fetömeter para coletar e analisar dados sobre pessoas suspeitas (o software usa mais de 200 critérios, a fim de analisar o treinamento, estilo de vida, carreira, avaliação por superiores, laços familiares, casamento, locais de prestação de serviço, cursos frequentados, estudos de pós-graduação, educação da esposa e filhos e situação financeira dos suspeitos).

2.3.2 Gülenistas no Exterior

O Relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre Direitos Humanos na Turquia 2020³⁶ mostra que o governo da Turquia, utilizando a legislação antiterror, como forma de exercer pressão sobre suspeitos procurados, adota medidas de cancelamento de passaportes de familiares de servidores públicos suspensos ou demitidos das instituições de Estado e daqueles que fugiram das autoridades. Em alguns casos, o governo turco cancelou ou se recusou a emitir passaportes para filhos menores de indivíduos que estavam fora do país e eram procurados ou acusados de ligações com o Movimento Gulenista.

A Freedom House destaca o seguinte³⁷:

A atual campanha de repressão transnacional do Estado turco é notável por sua intensidade, seu alcance geográfico e pela rapidez com que se intensificou. Desde a tentativa de golpe contra o presidente Recep Tayyip Erdogan, em julho de 2016, o regime tem perseguido seus inimigos percebidos em pelo menos 31 países anfitriões diferentes espalhados pelas Américas, Europa, Oriente Médio, África e Ásia. A campanha também é notável por sua forte dependência de rendições, nas quais o governo e sua agência de inteligência convencem os Estados a entregar indivíduos sem o devido processo legal, ou com uma cobertura para disfarçar a fraca legalidade. A Freedom House catalogou 58 dessas rendições desde 2014. Nenhum outro Estado perpetrador foi encontrado que tenha conduzido um número tão grande de rendições,

³⁵ INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS ADVOCACY GENEVA (IAHRAG).

Submission to the Human Rights Committee 132nd Session, 28 June 2021-23 July 2021, For the adoption of the LOIPR of Turkey, op. cit., p. 13.

³⁶ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, *Turkey 2020 Human Rights Report*, op. cit., p. 25.

³⁷ FREEDOM HOUSE, *Turkey: Transnational Repression. Case Study. Special Report 2021*. Disponível em <https://freedomhouse.org/report/transnational-repression/turkey>, primeiro parágrafo. Acesso em 22 mar. 2022

de tantos países, durante o período de cobertura — e o total documentado é quase certamente subdimensionado.

Quase imediatamente após o golpe, a Turquia iniciou um expurgo global que refletiu a sua repressão doméstica, valendo-se da culpa por associação e condenando pessoas por suas conexões reais ou suspeitas com o Movimento Gulen³⁸. As principais táticas da campanha global foram o controle de mobilidade, as detenções e as entregas ilegais³⁹.

A Turquia chegou a imitar o sistema de notificação codificado por cores da Interpol, divulgando sua própria lista intitulada “Terroristas mais procurados”, que inclui cerca de mil suspeitos. Alguns são membros do Movimento Gulenista⁴⁰. Artigos da mídia estatal descrevem o envolvimento direto do MIT (Serviço de Segurança Nacional da Turquia) em vários sequestros, como no Sudão em 2017. Uma investigação de jornalistas europeus ligou aeronaves usadas nas operações a empresas de fachada conectadas ao MIT. Menciona-se, também, a abdução de seis professores desde Kosovo em março de 2018⁴¹. Alguns casos, como o de grupo do Azerbaijão, revelam sequestros clássicos de pessoas que foram colocadas em carros na rua e depois reapareceram na Turquia sem procedimentos. A maioria envolveu corrupção e cooptação de instituições do país anfitrião, com prisão por um curto período que precede a transferência secreta para a custódia turca e o transporte para a Turquia em aeronaves turcas⁴².

Quanto ao controle de mobilidade, as autoridades cancelaram mais de 230.000 passaportes após a tentativa de golpe, com o fim de confinar suspeitos opositores na Turquia e limitar a mobilidade daqueles que estão fora do país. Membros do Hizmet no exterior relatam a impossibilidade de renovar passaportes ou de ter passaportes emitidos para crianças nos consulados turcos, o que significa que teriam que retornar à Turquia e correr o risco de prisão⁴³.

³⁸ Idem, sexto parágrafo.

³⁹ Idem, sétimo parágrafo.

⁴⁰ Idem, oitavo parágrafo.

⁴¹ Idem, nono parágrafo.

⁴² Idem, décimo parágrafo.

⁴³ Idem, décimo segundo parágrafo.

É relevante destacar que o governo turco tentou abusar da Interpol para atingir os exilados. Após a tentativa de golpe, houve uma tentativa de envio de aproximadamente 60.000 nomes para o sistema de notificação da agência, o que chegou a ser denunciado pela chanceler alemã Angela Merkel⁴⁴. De qualquer modo, está claro que os avisos da Interpol continuam a resultar em detenções de cidadãos turcos em todo o mundo, inclusive nos casos em que o pedido provavelmente está relacionado à tentativa de golpe⁴⁵.

No Brasil, tem-se, ao menos, dois casos de extradição envolvendo pessoas ligadas ao Movimento Hizmet. O primeiro deu origem à Extradição 1.578, movida em face de brasileiro naturalizado, cujas imputações precediam a naturalização. Por se cuidar de brasileiro, não era viável promover a solicitação de refúgio. À unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) utilizou, dentre outros argumentos, o de que a Turquia não asseguraria um julgamento justo com a garantia do devido processo legal. O segundo caso ainda está pendente de julgamento. Cuida-se da Extradição 1.693. O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) concedeu refúgio em favor do extraditando.

2.4 LEI ANTITERRORISMO

De acordo com o Relatório *Country Reports on Terrorism 2019: Turkey*, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, a Turquia tem uma definição ampla de terrorismo, incluindo crimes contra a ordem constitucional e segurança interna e externa do Estado, a qual é por vezes utilizada para criminalizar o exercício da liberdade de expressão, da liberdade de reunião e outros direitos humanos⁴⁶.

Igualmente, os Relatores Especiais da Associação Internacional de Defesa dos Direitos Humanos em Genebra (IAHRAG) concluíram recentemente o seguinte⁴⁷:

(...) a Lei Antiterror adota uma definição excessivamente ampla de atos terroristas e de criminosos terroristas que envolvem uma série de atividades protegidas pelas liberdades de opinião, expressão, associação e participação política e recomendaram a revisão urgente da lei antiterrorismo. Eles também expressaram preocupação com o fato de muitos dos poderes de segurança nacional adotados durante este período terem

⁴⁴ Idem, décimo terceiro parágrafo.

⁴⁵ Idem, décimo quarto parágrafo.

⁴⁶ DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, *Country Report on Terrorism 2019, Turkey*, op. cit., 11º parágrafo.

⁴⁷ INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS ADVOCACY GENEVA (IAHRAG). *Submission to the Human Rights Committee 132nd Session, 28 June 2021-23 July 2021, For the adoption of the LOIPR of Turkey*, op. cit. p. 11.

sido incorporados ao direito comum por meio de emendas à Lei Antiterror e ao Código penal turco.

2.5 SISTEMA JUDICIÁRIO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL

Sobre o devido processo legal, eis avaliação da Freedom House, de 2021⁴⁸:

As garantias do devido processo legal foram, em grande parte, corroídas durante o Estado de Emergência entre 2016 e 2018, e esses direitos não foram restaurados na prática desde que a emergência foi levantada. O devido processo e as normas probatórias são particularmente fracas em casos envolvendo acusações de terrorismo, com réus mantidos em longas prisões preventivas por períodos que duram até sete anos. De acordo com o Ministério da Justiça, mais de 130.000 pessoas estavam sob investigação por crimes de terrorismo relacionados ao Movimento de Gülen a partir de meados de 2020, e quase 60.000 estavam em julgamento. Em muitos casos, advogados que defendem os acusados de terrorismo têm enfrentado a prisão. Uma nova lei aprovada em julho de 2020 permitiu a formação de múltiplas associações de advogados em cada província; grupos de direitos humanos criticaram a medida, argumentando que a criação de rivais pró-governo prejudicaria efetivamente as associações de advogados existentes, que permaneceram em grande parte apolíticas.

O relatório do Governo da Austrália (DFAT) avalia⁴⁹:

Desde a tentativa de golpe de Estado de julho de 2016, o governo suspendeu, deteve ou demitiu quase um terço dos funcionários judiciais, que foram acusados de filiação ao Movimento Gülen. O ACNUDH informou que as demissões coletivas e suspensões de juízes de instâncias inferiores através de listas emitidas pelo HSK não seguiram procedimentos adequados, tais como presunção de inocência, fornecimento de provas específicas, decisão individual caso a caso e apresentação de defesa. Além disso, as prisões de servidores judiciais violaram a Lei dos Juízes e do Ministério Público (1983), que afirma que membros do Judiciário só podem ser presos em flagrante por cometerem crime grave. Fontes locais notam que a saída de juízes seniores e o controle efetivo do governo do HSK afetaram as percepções públicas de independência judicial, já que juízes menos experientes são menos propensos a decidir contra o governo. Fontes locais também notam que a elevada carga de processos e a nomeação de juízes e promotores jovens, inexperientes, muitas vezes politicamente alinhados para preencher os cargos dos demitidos, levou a um aumento nos maus julgamentos, muitas vezes tendo que ser anulados por tribunais superiores após longos atrasos.

De acordo com o Índice *Rule of Law* 2021 do World Justice Project, a Turquia ocupa o 117º lugar entre 139 países⁵⁰. Encontra-se na 14ª posição dentre os 14 países da

⁴⁸ FREEDOM HOUSE (FH), *Freedom in the World Turkey 2021*, op. cit., 50º parágrafo.

⁴⁹ DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). *Country Information Report Turkey*, op. cit., p. 47.

⁵⁰ WORLD JUSTICE PROJECT. *Rule of Law Index*. Disponível em <https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP-INDEX-21.pdf>, p. 22-23. Acesso em 30 mar. 2022.

Europa Oriental e região da Ásia Central⁵¹.

3. RESUMO DE ARTIGOS E NOTAS OFICIAIS

Título: Turquia acusada de usar a Cúpula da Interpol para pressionar críticos

Veículo de Comunicação: The Guardian

Data de publicação: 25/11/2021

Resumo: Ativistas pelos direitos humanos acusam a Turquia de ter usado sua posição de anfitriã da Assembleia Geral da Interpol 2021 para pressionar por uma repressão a críticos e oponentes políticos que fugiram do país.

Link: <https://www.theguardian.com/global-development/2021/nov/25/turkey-accused-of-using-interpol-summit-to-crack-down-on-critics>, acesso em 30 mar 2022.

Título: Turquia ordena prisão de membros do Movimento Gülenista

Veículo de Comunicação: Político EU

Data de publicação: 19/10/2021

Resumo: Promotores turcos ordenaram a prisão de mais de 150 pessoas ligadas ao Movimento Gülen.

Link: <https://www.politico.eu/article/turkey-arrest-crackdown-fethullah-gulen-network/>, acesso em 30 mar 2022

Título: Polícia turca prende 200 militares acusados de golpe

Veículo de Comunicação: TeleSURtv

Data de publicação: 23/11/2021

Resumo: Polícia turca iniciou a detenção de mais de 200 militares suspeitos de possuírem ligações com o Movimento Gülen

Link: <https://www.telesurtv.net/news/policia-turquia-detencion-militares-golpistas-20211123-0007.html>, acesso em 30 mar 2022.

Título: Alemanha investiga homem suspeito de espionagem para a Turquia

Veículo de Comunicação: Deutsche Welle

Data de publicação: 01/10/2021

Resumo: Homem turco suspeito de realizar espionagem para o governo da Turquia na cidade

⁵¹ Idem, p. 24.

de Düsseldorf, Alemanha, foi preso pela polícia em solo alemão, portando arma, munições e uma lista com apoiadores do Movimento Gülen, o que indicaria que estes poderiam estar correndo perigo.

Link: <https://www.dw.com/en/germany-investigates-man-on-suspicion-of-spying-for-turkey/a-59374615>, acesso em 30 mar 2022.

Título: Testemunho de torturados na Turquia após serem sequestrados no exterior

Veículo de comunicação: RFI

Data: 12/12/2018

Resumo: Reportagem sobre seguidores do Movimento Gülenista que afirmam terem sido torturados após sofrerem sequestro no estrangeiro.

Link: <https://www.rfi.fr/es/europa/20181212-testimonio-de-dos-torturados-en-turquia-tras-ser-sequestrados-en-el-extranjero>, acesso em 30 mar 2022

Título: Turquia: Esforços para Forçar o Fechamento de Escolas do Movimento Gülen na Eurásia

Veículo de comunicação: Eurasianet

Data: 12 de setembro de 2016

Resumo: Reporta sobre pedido de Erdogan para fechamento de escolas inspiradas no Movimento Gülen

Link: <https://eurasanet.org/turkey-effort-force-closure-gulen-schools-falling-flat-eurasia>, acesso em 30 mar 2022.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALJAZEERA, Turkish Court Extends Detention of Osman Kavala. 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/8/turkish-court-extends-detention-of-philanthropist-osman-kavala>. Acesso em 22 mar. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH), Report on the impact of the state of emergency on human rights in Turkey, including an update on the South-East. Março de 2018. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Countries/TR/2018-03-19_Second_OHCHR_Turkey_Report.pdf. Acesso em 30 mar. 2022.

_____ WORKING GROUP ON ARBITRARY DETENTION (WGAD), Nações Unidas, Levent Kart, WGAD Opinion N. 66/2020, 2 de fevereiro de 2021, disponível em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Detention/Opinions/Session89/A>

[HRC WGAD 2020_66.pdf](#); Nermin Yaşar, WGAD Opinion N. 47/2020, 28 de janeiro de 2021, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Detention/Opinions/Session89/A_HRC_WGAD_2020_74.pdf; Ahmet Dinçer Sakaoglu, WGAD Opinion N. 67/2020, 24 de fevereiro de 2021, disponível em https://arrestedlawyers.files.wordpress.com/2020/11/a_hrc_wgad_2020_67.pdf. Todos os pareceres estão disponíveis em: <https://arrestedlawyers.org/2020/11/19/opinions-by-the-united-nation-working-group-on-arbitrary-detention/>. Acesso em 22 mar. 2022.

ANISTIA INTERNACIONAL, **Relatório Turkey 2021.** Disponível em <https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/turkey/report-turkey/>. Acesso em 30 mar 2022.

BBC, **Quem é Recep Erdogan, o homem que comanda a Turquia há 15 anos e pode ficar no governo por mais dez.** 25 de junho de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44599658> . Acesso em 22 mar 2022.

_____ **Turkey seizes control of Zaman newspaper linked to Gülen.** 4 de março de 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-35729114>. Acesso em 30 mar 2022.

BANCO MUNDIAL, **Gross Domestic Product 2020.** Disponível em <https://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>. Acesso em 30 mar 2022.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA), **The World Factbook.** Atualizado em 16 de março de 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>. Acesso em 30 mar 2022.

COMISSÃO EUROPEIA (CE), **Turkey 2021 Report.** 19 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.ecoi.net/en/file/local/2062545/Turkey+2021+report.PDF>. Acesso em 22 mar. 2022.

COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS (CPJ), **Number of journalists behind bars reaches global high.** 9 de dezembro de 2021. Disponível em <https://cpj.org/reports/2021/12/number-of-journalists-behind-bars-reaches-global-high/>. Acesso em 30 mar 2022.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, **Country Report on Terrorism 2019, Turkey.** Disponível em <https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2019/turkey/>. Acesso em 22 mar. 2022.

_____ **Turkey 2020 Human Rights Report.** Disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/TURKEY-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf> . Acesso em 22

mar. 2022.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COMÉRCIO DO GOVERNO DA AUSTRÁLIA (DFAT). *Country Information Report Turkey*. 10 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/country-information-report-turkey.pdf>. Acesso em 22 mar. 2022.

EUROPEAN ASYLUM SUPPORT OFFICE (EASO). *Country of Origin Information Report Turkey*. novembro de 2016, p. 26. Disponível em: https://coi.easo.europa.eu/administration/easo/PLib/EASOCOI_Turkey_Nov2016.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (EBC), **Decisão sobre Extradição de Turco pode Repercutir em Outros Casos.** 07/08/2019. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-08/decisao-contra-extradicao-de-turco-pode-repercutir-em-outros-casos>. Acesso em 30 mar 2022.

FRANCE 24, *Turkey demands life sentences for US-based 'mastermind' of failed coup*. 16 de agosto de 2016. Disponível em <https://www.france24.com/en/20160816-turkey-demands-gulen-coup-two-life-sentences>. Acesso em 30 mar 2022.

FREEDOM HOUSE, **Turkey: Transnational Repression. Case Study. Special Report 2021.** Disponível em <https://freedomhouse.org/report/transnational-repression/turkey>. Acesso em 22 mar. 2022.

_____ FREEDOM HOUSE (FH), *Freedom in the World Turkey 2021*. Disponível em <https://freedomhouse.org/country/turkey/freedom-world/2021>. Acesso em 22 mar. 2022.

HOME OFFICE, UK GOVERNMENT, *Country Policy and Information Note. Turkey: Gulenist Movement.* Fevereiro de 2022. Disponível em https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1052283/TUR_CPIN_G%C3%BClenist_movement.pdf. Acesso em 30 mar 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW), *World Report 2022 Turkey Events 2021*. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/turkey>. Acesso em 30 mar 2022.

_____ HUMAN RIGHTS WATCH, *World Report 2021 Turkey Events 2020*. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/turkey>. Acesso em

22 mar. 2022.

_____ HUMAN RIGHTS WATCH, *World Report 2019 Turkey Events 2018*. Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/turkey#>. Acesso em 22 mar. 2022

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR HUMAN RIGHTS ADVOCACY GENEVA (IAHRAG). *Submission to the Human Rights Committee 132nd Session, 28 June 2021-23 July 2021, For the adoption of the LOIPR of Turkey*. Maio de 2021. Disponível em https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/TUR/INT_CCPR_IKS_TUR_44917_E.pdf. Acesso em 22 mar. 2022

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MBZ, GOVERNO DA HOLANDA). *General Country of Origin Information Report*. Março de 2021. Disponível em <https://www.government.nl/documents/reports/2021/03/18/general-country-of-origin-information-report-turkey>. Acesso em 22 mar. 2021.

SOS Torture Network OMCT, *Turkey: Five Years into Visit by United Nations Special Rapporteur, torture Remains Widespread*. 9 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.omct.org/en/resources/statements/turkey-five-years-into-visit-by-united-nations-special-rapporteur-torture-remains-widespread>. Acesso em 30 mar. 2022.

WORLD JUSTICE PROJECT. *Rule of Law Index*. Disponível em <https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP-INDEX-21.pdf>. Acesso em 30 mar 2022.